

Aconteceu

EADSEX

(X)

()

()

()

Tentativas de paz fracassam e Golfo vive estado de guerra

Fracassaram as últimas negociações diplomáticas para evitar a guerra no golfo Pérsico, com início marcado para o dia 15. O presidente Saddam Hussein, em encontro com o secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, disse que não haveria rendição nem possibilidade de o Iraque desocupar o Kuwait. Os sinais de guerra eram evidentes tanto nos Estados Unidos, cujas tropas avançaram na Arábia Saudita, quanto nos países europeus. Mesmo assim, as tentativas de paz continuam. O papa João Paulo 2º propôs a retirada das tropas iraquianas e uma imediata conferência de paz no Oriente Médio. Grupos pacifistas e religiosos também apostam na negociação. (página 16)



Gamma/Sioia

Em Genebra, apesar dos apertos de mão, as negociações foram frustradas

Em 90, salário mínimo foi reduzido em 30%

No ano passado, o trabalhador que ganha salário mínimo perdeu cerca de 30% do seu quase inexistente poder de compra, apesar dos aumentos bimestrais de 6,09% previsto por lei. Dados do Ministério do Trabalho mostram que o plano econômico trouxe a redução de 17,1% dos salários em geral em 10 meses. (página 13)

Ipea prevê estagnação econômica em 1991

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) prevê: 1991 não será somente o ano da recessão e sim o da estagnação. O instituto, em sua *Carta de Conjuntura*, estima que no ano passado o PIB caiu 3,7% em relação a 1989. Uma das poucas saídas, o pacto social, continua dependendo do governo. (página 2)

Cacique Atikum e seu irmão são assassinados em tocaia em PE

O cacique Abdon e seu irmão, da nação Atikum, foram mortos no dia 29 em Floresta (PE). São apontados como responsáveis dois filhos do fazendeiro Manoel Cirilo. (página 10)

De olho nos salários, Collor quer revisão da Constituição este ano

Se depender da vontade do presidente Fernando Collor, a revisão da Constituição, marcada para 1993, deverá acontecer ainda este ano. Alegando necessitar de um país inserido no

mundo moderno, o governo elaborou um documento reservado onde aponta como artigos constitucionais indesejáveis a estabilidade do funcionalismo, aposentadoria e salários. (página 3)

Menem dá indulto a militares e líder montonero

O presidente Carlos Menem perdoou os chefes da última ditadura militar argentina, presos há cinco anos. Mas 54,7% dos argentinos acham que, com o decreto, "se perde a noção de justiça no país". (página 16)

Ipea prevê mais um ano difícil

Recessão mais funda no primeiro trimestre e apenas uma das previsões ruins — e não a pior — da nova Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O prognóstico mais sombrio pode ser resumido numa palavra feia, não empregada no texto: estagnação. É a mistura de produção em baixa, desemprego em alta e preços ainda em rápida elevação. Sem algum pacto, dizem os técnicos, só uma recessão maior quebrará a resistência dos grupos mais organizados, tanto do empresariado quanto dos trabalhadores.

Os números calculados para este ano já estão entre os piores dos últimos dez. O Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC) estima um Produto Interno Bruto (PIB) 3,7% menor que o de 1989. A queda é punhada pela indústria, com recuo de 7,1% em relação ao desempenho médio do ano passado. Até dezembro, a produção industrial deve ter acumulado, em 12 meses, queda de 7,4%.

No caso dos bens duráveis de consumo, a redução da procura deve re-

fletir o aperto orçamentário das famílias, apesar da reação das vendas apontada em outubro pela Federação do Comércio de São Paulo. Mas também nas vendas de não-duráveis houve queda nos últimos meses — uma consequência da redução real dos salários.

No artigo principal da Carta de Conjuntura, dedicado ao pacto, as conclusões são pessimistas. A maior parte do texto é uma tentativa de explicar por que não se conseguiu, até agora, um acordo sobre o combate à inflação. Segundo o artigo, participantes ainda não se convenceram de que o combate à inflação seja o melhor caminho. Como não há segurança quanto às vantagens de um pacto, o mais racional, do ponto-de-vista de cada um, é recusar a cooperação. Assim, os participantes da discussão preferem “bloquear soluções que impliquem perdas para os segmentos que cada um representa” e formar coalizões que “concentrem as perdas num terceiro participante — habitualmente o governo”. (*O Estado de S. Paulo*, 28/12/90)

BID falha em relatório da AL

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) chutou uma bola fora em seu último relatório publicado em dezembro. Esse documento projeta dois cenários, um otimista e um pessimista, para a América Latina na década de 90. No otimista, pode haver um crescimento real de 5% na América Latina, a partir de 1995. Isso se os planos econômicos de seus principais países forem mantidos e derem certo. No cenário pessimista, a América Latina crescerá só 2,7%. Seria ótimo — mas as conclusões parecem um tanto apressadas. Pelo menos no caso do Brasil o relatório já nasceu atrapalhado. Na versão otimista, o país deverá crescer 6% e, na pessimista, 2%. De acordo com o relatório, a queda do PIB brasileiro em 1990 seria de 6,4%, o país deveria pagar 10 bilhões de dólares de juros da dívida externa e teria recebido um empréstimo de 1,2 bilhão de dólares dos bancos internacionais.

Nada disso aconteceu. “Ninguém sério perderia muito tempo com esse estudo do BID”, diz o ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um órgão do Ministério da Economia, a queda do PIB deverá ficar em 3,7%. Quanto à dívida externa, o Brasil não desembolsou um único tostão para pagá-la em 1990. De empréstimo, vieram apenas 500 milhões. “Nós erramos em algumas coisas”, admite um colaborador do relatório. O problema é que as previsões foram impressas com o timbre de um organismo que tem o poder de captar empréstimos para as nações latino-americanas. Nesse ponto, as tabulações do BID podem soar como um escorregão. “Esse relatório tem pouca coisa a ver com a realidade”, diz o professor Norman Gall, diretor do Instituto Fernand Braudel, de economia internacional. (*Veja*, 02/01/91)

Aconteceu

Nº 557

5 a 20 de janeiro de 1991

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editora
Bernadete Toneto
MTb 14.350

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Beatriz de Moraes Vieira
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 1.300,00
Assinatura exterior
US\$ 50

Collor quer reformar a Constituição este ano

O presidente Fernando Collor assumiu publicamente a proposta de antecipação da revisão constitucional, que está marcada para 1993 e que vinha sendo expressa por alguns de seus principais assessores, ao mesmo tempo em que acusou de "hipócritas e levianas" as críticas feitas a essa idéia por alguns setores. Segundo o presidente, a revisão é necessária porque a Constituição aprovada em 1988 tem pontos excessivamente "regulamentadores e inibidores" para um país que quer se inserir no mundo moderno. O ministro Jarbas Passarinho foi autorizado a iniciar as articulações necessárias à antecipação.

Endossando uma opinião já manifestada pelo ministro da Justiça, o presidente disse ainda que este ano é o momento mais adequado para se fazer essa revisão. Collor acredita que o clima para revisar a Constituição este ano será de "maior isenção", já que não haverá eleições e um novo Congresso estará tomando posse a 10 de fevereiro.

Os deputados paulistas Florestan Fernandes (PT) e Tidei de Lima (PMDB), entretanto, manifestaram-se totalmente contrários à antecipação da revisão constitucional.

A intenção do governo expressa

Mil crianças morrem ao dia no Brasil

Cerca de mil crianças menores de 4 anos morrem diariamente no Brasil. A média diária mundial é de 40 mil crianças mortas ao dia. Esses são alguns dados do extenso relatório anual "Situação Mundial da Infância — 91", elaborado pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), organismo das Nações Unidas (ONU). Anualmente no Brasil, de cada mil crianças nascidas, 85 vivem em condições precárias de saúde, têm um crescimento deficiente e morrem antes de completar 5 anos. Esse número coloca o Brasil, entre 129 países, no 64º lugar em índices de mortalidade infantil (até 5 anos de idade). (Folha de S. Paulo, 20/12/90)

Salários e aposentadorias estão na mira do governo

Documento reservado preparado pelo governo revela os trechos considerados indesejáveis da Constituição, os quais teriam de ser revistos pelos parlamentares. Assinam-se como indesejáveis a estabilidade do funcionalismo e a divisão dos impostos federais, passando pelo monopólio do petróleo e o limite de 12% às taxas de juros.

O documento prevê a necessidade de mudança em pelo menos 17 artigos da Constituição e seis das Disposições Transitórias. O primeiro artigo levantado é o 7º, no qual estão previstos como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a "irredutibilidade do salário". Também se pretende discutir o artigo 37, no qual esse mesmo direito é extensivo aos trabalhadores públicos.

O governo quer mudar o artigo 41 — por esse artigo, os funcionários públicos concursados são estáveis após dois anos de atividade — e o que está previsto nas Disposições Transitórias, garantindo estabilidade aos funcionários com mais de cinco anos, independentemente de serem concursados.

Um dos pontos considerados graves para os cofres públicos são os direitos fixados para os aposentados. Estipula-se como passível de mudança a aposentadoria garantida após 35 anos de trabalho aos homens e 30 anos para a mulher. Estão previstas também alterações no artigo 206, no qual se garante o ensino gratuito: pretende-se, assim, discutir a gratuidade nas universidades federais. (Folha de S. Paulo, 26/12/90)

o anseio, que vem de longe, do pensamento político-militar fundamentado no princípio da transição lenta, gradual e segura, que havia sido defendido por setores reacionários do

Congresso, que pretendiam simplesmente montar um novo texto constitucional a partir das Constituições de 1967 e 1969 — opina Florestan Fernandes. (Correio Braziliense, 05/01/91)

Congresso terá nova bancada verde

As questões ambientais vão polarizar o Congresso em 1991. A previsão baseia-se na politização crescente do tema no perfil de alguns parlamentares que irão ocupar a Câmara e o Senado na nova legislatura. O Senado ganhou dois senadores credenciados na área ambiental. O antropólogo Darcy Ribeiro (PDT-RJ) exercerá forte influência em questões indígenas. Flaviano Melo (PMDB-AC), ex-governador do estado, defensor da vocação agro-silvicultural da Amazônia, crítico da "pecuarização" que ameaça o Estado de Chico Mendes, quer ser o "primeiro senador verde do Congresso". Em compensação, o Senado perde Severo Gomes (PMDB-SP) que se destacou nas cau-

sas indígenas e na política nuclear. Eduardo Suplicy (PT-SP) também atuará na área ambiental.

A Frente Parlamentar Verde, bloco de progressistas e conservadores responsável pela aprovação do capítulo "Do Meio Ambiente" da Constituição, perdeu importantes apoios: Raimundo Bezerra e Moema Santiago (PMDB-CE), Rui Nedel (PSDB-RS), Raimundo Rezende (PMDB-MG) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Alofio Mercadante (PT-SP) promete aprofundar a relação entre ecologia e economia. E José Vicente Brizola (PDT-RJ, filho de Brizola) afirma a ecologia como prioridade de seu mandato. (Folha de S. Paulo, 01/01/91)

Governo Quércia desagrada ecologistas

A atuação do governo Quércia na área ambiental não agradou ao movimento ambientalista.

“O governo primou por desenvolver ações ambientais de efeito basicamente propagandístico”, reclama Aron Belinky, presidente da Associação em Defesa da Juréia (Pró-Juréia), entidade com cerca de 1.500 associados.

Apesar das muitas críticas, quase todos concordam em um aspecto: os últimos quatro anos foram fundamentais para a consolidação e fortalecimento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Criada por Franco Montoro, em 1986, a secretaria possui hoje uma das mais completas estruturas oficiais ligadas à política ambiental no país. A porcentagem de participação da pasta nas despesas do Esta-

do, no entanto, cresceu pouco: dos 0,73% de 1987 passou para 0,89% em 90. Ainda assim, a área conta com verbas maiores do que as da Secretaria de Esportes e Turismo e do Ministério Público.

Embora reconheçam o avanço, alguns ambientalistas não se contentam.

“Foi montada uma estrutura e isso é importante, mas a secretaria ainda não funciona de forma coesa”, critica o vereador de Ihabela Marco Antonio Mroz (PT), que representa, até novembro, cinco entidades de defesa ecológica do Litoral Norte no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema).

Para não concordar com sua conformação política e com a forma como vinham sendo conduzidas as suas reuniões, Mroz, junto com outros cin-

co representantes de entidades de defesa da ecologia, se afastou do Consema. Ele diz que já enviou carta ao secretário informando a decisão, mas a secretaria garante que nenhum membro do conselho apresentou documentos pedindo afastamento.

Para João Paulo Capobianco, diretor da SOS Mata Atlântica, que reúne 4 mil associados, a maior falha desta gestão foi a ausência de sintonia com a sociedade civil. “O Consema foi transformado num órgão referendário de propostas do governo”, acusa. O representante da Universidade de São Paulo no conselho, Paulo Nogueira Neto, discorda. “Creio que o Consema tem funcionado bastante democraticamente”, afirma o professor do Departamento de Ecologia da USP. (*O Estado de S. Paulo*, 23/12/90)

Suspensos incentivos a carvão vegetal em Carajás

O Diário Oficial da União publicou em novembro portaria do secretário do Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista, que proíbe a concessão de incentivos fiscais aos projetos siderúrgicos na área do programa Grande Carajás, que explorem carvão vegetal retirado de matas nativas. Segundo a portaria, somente serão apreciados pelos conselhos delibe-

rativos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), os projetos siderúrgicos que independam da utilização de florestas nativas para o seu suprimento energético e os que utilizem tecnologias modernas, de baixo consumo energético, e que não produzam poluição industrial aci-

ma dos padrões estabelecidos para a atividade industrial.

A portaria determina, ainda, que serão concedidos incentivos fiscais aos projetos que retirem carvão vegetal de florestas previamente plantadas dentro dos padrões estabelecidos pela própria portaria, informou a Agência Brasil. (*Gazeta Mercantil*, 01 a 03/12/90)

Cientistas prevêem catástrofe ecológica no Golfo

Uma guerra no Golfo Pérsico não seria apenas uma tragédia humana de enormes proporções como prevêem os peritos em armamentos e os analistas de confrontos militares. Seria também uma catástrofe ecológica, possivelmente mais séria do que qualquer dos infortúnios sofridos pela natureza no passado. Um bilhão de pessoas poderiam ser afetadas pelo eventual incêndio dos poços de petróleo do Kuwait.

Esta é, em resumo, a conclusão a que chegou um grupo de técnicos e cientistas reunidos em Londres pelo Partido Verde e pela Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND), para discutir as prováveis consequên-

cias de um conflito armado na região.

“Não podemos e nem devemos esperar pelo final da guerra para, só então, discutirmos as medidas a serem tomadas”, disse o físico John Cox, que é vice-presidente da CND e ajudou a organizar a conferência.

Mudanças climáticas — Houve divergências entre os cientistas sobre a extensão dos danos, mas mesmo os mais conservadores nas suas previsões, como o engenheiro Basil Butler, um dos quatro diretores-gerentes da British Petroleum, concordaram que a guerra seria uma enorme calamidade.

De acordo com Butler, o emirado tem um total de 850 poços de pe-

tróleo. “De 300 a 400 poderão ser afetados pela guerra”, disse ele ao prever um incêndio com duração de cinco a nove meses.

Os mais pessimistas, como o dr. Abdullah Toukan, conselheiro do rei Hussein, da Jordânia, para questões científicas, acreditam que de dez a cem milhões de barris de petróleo seriam queimados e que cerca de 500 mil toneladas de fumaça seriam lançadas na atmosfera, mensalmente. A fumaça impediria a penetração dos raios solares, criaria um “miniinverno”, prejudicando campos agrícolas que abastecem de alimentos quase um bilhão de pessoas. (*O Estado de S. Paulo*, 04/01/91)

Governo incluirá ONGs na ECO-92

A Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cima) decidiu incluir as organizações não governamentais (ONGs) e mais outros nove órgãos do governo, um assessor e dois observadores na sua composição. A Cima discutiu ainda a metodologia e a forma do relatório sobre a situação do meio ambiente no Brasil. Todos os países terão que entregar esse relatório à ONU até junho de 1991. (*O Globo*, 29/12/90)

Senado aprova volta de incentivos fiscais para o Norte e Nordeste

O Senado aprovou a reativação dos Fundos de Investimento do Nordeste (Finor), da Amazônia (Finam) e do Espírito Santo (Funres), em sessão realizada em 15 de dezembro. Os fundos — suspensos desde 15 de março para reavaliação — serão reativados entre os anos de 1991 e 2000. A maioria dos projetos desenvolvidos com recursos dos fundos de investimento são agropecuários e industriais. A volta dos fundos significa uma redução de 5,3% na arrecadação tributária de 1991, equivalente a 0,29% do Produto Interno Bruto (PIB). (*Folha de S. Paulo*, 18/12/90)

Biólogo é o novo secretário-adjunto do Meio Ambiente

Sem solenidade, de acordo com o estilo do Secretário Especial do Meio Ambiente (Sema), José Lutzenberger, o biólogo Eduardo de Souza Martins, Master em Ecologia, passou a ser o novo secretário-adjunto da Sema. Paulista de São José do Rio Preto, Martins assume aos 34 anos a vaga deixada por Hélio Setti, indicado para o cargo pelo presidente Fernando Collor de Mello, por sua participação no projeto ambientalista do governo, na época da transição do Bolo de Noiva. Lutzenberger de-

Recursos para a Mata Atlântica terão de ser submetidos ao Ibama

O empréstimo de 30 milhões de marcos (US\$ 20,29 milhões) que o governo alemão pretende destinar a projetos de preservação da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, conforme acerto com a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do estado, terá de ser administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A decisão foi tomada durante reunião do Conselho de Financiamentos Externos do Ministério da Economia (Cofix). Embora a proposta do con-

vênio tenha sido firmada entre a SMA e a Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), uma espécie de BNDES alemão, em junho deste ano, o dinheiro não poderá entrar no país sem o aval do Cofix e, posteriormente, da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Dos 30 milhões de marcos, metade foi emprestada a fundo perdido, ou seja, foi doada pelo governo alemão. A outra metade deverá ser paga em 20 anos, com cinco anos de carência e juros de 4,5% ao ano. (*Gazeta Mercantil*, 21/12/90)

PNMA perde verba de Cr\$ 1,6 bilhão

O Banco Mundial (Bird) deixou de liberar este ano US\$ 10 milhões (Cr\$ 1,6 bilhão) para o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) porque o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) não entrou com a contrapartida brasileira de US\$ 2,5 milhões (Cr\$ 400 milhões).

Depois de conversações que se estenderam por mais de seis anos, o Brasil e o Bird assinaram o contrato de US\$ 166,4 milhões (Cr\$ 265 bilhões), em 16 de agosto, para fortalecer institucionalmente o Ibama, regularizar e equipar as unidades de conservação do país e criar cinturões de proteção nos ecossistemas mais ameaçados.

O Brasil seria o primeiro país do mundo a colocar em prática um programa de meio ambiente de âmbito nacional financiado pelo Bird. As regras são rígidas: o Bird só libera as parcelas do empréstimo depois de receber a contrapartida.

Para o ano de 1991, está prevista outra parcela de US\$ 35 milhões (Cr\$ 56 bilhões). O acordo prevê US\$ 50,6 milhões (Cr\$ 80 bilhões) somente para "colocar ordem na casa".

O pagamento desse empréstimo será feita em 15 anos, com prazo de carência de 5 anos. Dessa forma, ainda não começaram a ser cobrados os juros anuais de 7%. (*O Estado de S. Paulo*, 19/12/90)

mitiu Setti quando este entrou em conflito com a presidente do Instituto de Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Tânia Munhoz.

Lutzenberger considera seu adjunto como "um colega nas lutas em defesa do meio ambiente", segundo revelaram amigos dos Ecologistas. Conforme diretores da Sema e do Ibama, a indicação de Martins não teve restrições do presidente Collor de Mello, após o desgaste com a saída de Setti. O ex-secretário-adjunto acusava a presidente do Ibama de "ser

lerda na tomada de decisões". Nas críticas, recebeu o apoio do ex-assessor de imprensa dos dois órgãos, Nunzio Briguglio, que também foi demitido por Lutzenberger.

O novo secretário-adjunto trabalhou no Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq), no litoral paulista, em projetos pesqueiros. Antes de assumir na Sema, Martins foi analista científico do Museu Emílio Goeldi, em Belém (PA), o maior centro de estudos do ecossistema amazônico. (*Jornal da Tarde*, 04/01/91)

Entidades pedem ação da Justiça em agrovila da Bahia

As entidades e trabalhadores rurais participantes do 2º Encontro Regional de Atingidos por Barragens, realizado no município de Glória (BA), nos dias 18, 19 e 20 de dezembro de 1990, vêm de público denunciar os atos de violência e tentativa de homicídio de que estão sendo vítimas os moradores de Agrovila 03 — Projeto Jusante-BA, do Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, e o sindicalista Nildo José da Silva, Diretor do STR-Glória/BA e seus familiares, em razão de sua atuação na defesa dos interesses dos reassentados da UHE de Itaparica (atualmente denominada Luiz Gonzaga).

Há alguns meses o Sr. Geneci Apolônio da Silva, morador da Agrovila 03, Jusante-Glória/BA, acompanhado de um grupo de indivíduos armados, tem colocado em risco a vida de outros moradores da Agrovila. No dia 21 de novembro, às 19:00 horas, na referida Agrovila, o Sr. Geneci culminou sua ação criminosa dando tiros em direção ao veículo

do companheiro Nildo José da Silva e afirmando que "se desse parte à Polícia, ou na Justiça, mataria o Sr. Nildo ou quem se atrevesse"...

O sindicalista tomou providências legais junto à Delegacia Regional de Polícia de Paulo Afonso, requerendo abertura de inquérito policial, e o criminoso cumpriu sua ameaça, tentando matar o companheiro no dia 15 de dezembro último.

Não aceitamos que fatos dessa gravidade aconteçam com qualquer das lideranças que atuam em defesa dos direitos dos trabalhadores e do reassentamento.

Os problemas existentes nas Agrovilas, ociosidade, violência e depredação do patrimônio público, são conseqüências do descaso e omissão da Chesf, que não tem feito nenhum esforço para atender as necessidades vitais da população, tais como saúde, educação, trabalho e segurança.

Por isso exigimos:

1) Segurança de vida para os reassentados do Projeto Jusante, Glória

(BA), com a conseqüente instalação de Posto Policial para realizar um trabalho de polícia preventiva;

2) Abertura de inquérito policial para apuração do crime de tentativa de homicídio e outros; segurança de vida para o companheiro Nildo José da Silva e seus familiares;

3) Cumprimento do acordo de dezembro de 86, celebrado entre o Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco e a Chesf, ou seja, implantação do Projeto de Irrigação dos Reassentados de Itaparica.

Glória (BA), 20 de dezembro de 1990. (Comissão Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, Crab, Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais/BA, Fetape e Fetag/BA, CPT/BA, AL, SE, FASE/AL, CE, Gambá-Salvador/BA, CEDI-Rio de Janeiro/RJ, Cimi-Paulo Afonso/BA, Pólo Sindical do Submédio São Francisco PE/BA, STRs de diversos municípios da BA e PE, Diocese de Paulo Afonso/BA e outros).

Paraibanos vendidos como 'escravos brancos'

Centenas de trabalhadores paraibanos estão trabalhando na fazenda Arrastão, em Cristalina (GO) como "escravos brancos", após serem vendidos por Damião Ferreira da Silva, residente do estado do RN. A revelação foi feita por quatro trabalhadores que conseguiram fugir do cati-

veiro e chegar a Brasília, onde comunicaram o fato ao comendador Felipe Thiago Gomes, presidente do CNEC, relatando que foram levados da Paraíba para o interior goiano em um caminhão, passando dois meses trabalhando em regime de escravidão, vigiados 24h por dia por ja-

gunços e obrigados a passar fome.

Por cada trabalhador paraibano entregue no cativeiro da "fazenda Arrastão", Damião Ferreira de Lima recebia cerca de Cr\$ 4 mil da firma Agritec, localizada no município de Cristalina, em Goiás. (*Diário de Borborema*, 07-08/12/90)

Júri de Darli no Paraná será em fevereiro

O juiz da 1ª Vara Criminal de Umuarama (PR), Nicola Frascati, marcou para o dia 27 de fevereiro o júri popular de Darli Alves da Silva, acusado de ter mandado matar em 29 de junho de 1973 o agricultor Acir Urizzi, no interior daquele município. Darli, condenado em dezembro a 19 anos de prisão pela morte do líder seringueiro Chico Mendes, em Xapuri (AC), deve ser transferido para Umuarama no início de fevereiro. (*Jornal do Brasil*, 04/01/91)

Lavrador é morto durante conflito de terra no Piauí

O lavrador Luís Antônio da Silva foi assassinado no último dia 2 durante confronto entre a polícia e trabalhadores da fazenda Barro Duro, em Barras (PI). Os lavradores reagiram à tentativa de expulsão das doze famílias que moram há trinta anos no local. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Osmar Araújo, disse que os policiais foram mandados pelo proprietário, o empresário Raimundo Nonato Lages.

Depois do assassinato de Luís Antônio da Silva, os policiais levaram dois lavradores algemados. Os nomes não foram revelados pela Fetag, que mandou um advogado para garantir a permanência das famílias na fazenda. O corpo do lavrador morto continuava no local, porque os familiares não permitiram que a remoção fosse feita sem a presença de representantes do STR de Barras. (*Jornal do Brasil*, 04/01/91)

Líder jurada de morte perde na Justiça

Encabeçar a lista em Minas dos marcados para morrer no campo não abalou tanto Maria Aparecida Rodrigues Miranda, a Cida de Unaf, quanto o despejo das terras que sua família ocupa há 28 anos em Bonfinópolis, determinado pela Justiça no final de dezembro. Ela, sua mãe, seis irmãos e mais cinco famílias terão que abandonar, além dos muitos hectares cultivados, seus mortos, entre eles o pai dela, assassinado em 1985 pelo autor da ação de despejo, o proprietário da fazenda Boaventura José de Magalhães.

A ordem de despejo contra as seis famílias que ocupam cerca de 100 dos 4.500 hectares da Fazenda Riacho dos Cavalos é o ponto máximo de um processo que rolou durante oito anos. Segundo Cida, as famílias perderam o direito às terras por serem consideradas pela Justiça como parceiras e não posseiras, pois dividiam com os proprietários da fazenda a produção de uma lavoura para subsistência e também para venda de produtos na região.

O maior atrito com o fazendeiro, no entanto, aconteceu em 1985. Naquela época, Cida junto com outros trabalhadores da região já tinha fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaf e, um ano antes, ela com 21 anos, assumira a presidência da entidade. A luta do sindicato, que em pouco tempo se tornou um dos mais fortes da região (em 1984, conseguiu a primeira desapropriação de terras feitas pelo estado por interesse social, para assentamentos de 158 famílias), acirrou ainda mais os conflitos entre o fazendeiro Boaventura e a família de Cida, que depois da morte do pai passou a viver quase na clandestinidade. (*Jornal do Brasil*, 26/12/90)

A série de ações de despejo que vem ocorrendo em Minas Gerais nos últimos meses é seletiva e individual, atingindo posseiros que em diversos casos estão trabalhando suas posses há duas, três, quatro, cinco ou mais décadas. Essas posses localizam-se, quase sempre, em áreas consideradas pelo INCRA como latifúndios por exploração, pastíveis de desapropriação, e vários deles já desapropriados pelo governo federal há um ou dois anos, mas até hoje sem imissão de posse por parte da Justiça.

Esses decretos de desapropriação, assinados sem grande entusiasmo e com grande timidez pelo governo Sarney, têm prazo de validade de dois anos, no qual cabe à Justiça determinar a imissão da posse, efetivando assim, juridicamente a desapropriação. Cabe ressaltar que em todos os casos a posse de fato dessas terras já se dava há vários anos, fato responsável, inclusive, pelos próprios decretos desapropriatórios, em função do conflito latente ou aberto nas mesmas. Terminando o prazo legal dos decretos, volta-se à estaca zero e, somente após transcorrer um ano, é que seria possível abrir-se novo processo de desapropriação.

Ao lado disso, outras áreas de posse e de conflito, também consideradas latifúndios por exploração pelo Incra, e que durante todo o governo Sarney foram objeto de negociação com vistas à realização de desapropriação, tiveram seus processos suspensos, abrindo-se espaço para

ações dos grandes fazendeiros contra as famílias de posseiros.

Se no governo Sarney pouco se avançou na solução dessas questões, após a posse do atual governo o que ocorre é um retrocesso enorme, que acirra os conflitos e fortalece o poder dos grandes proprietários rurais. Isto porque o governo Collor, em nome da "modernidade", junto com a nomeação de um legítimo representante das oligarquias rurais para o Ministério da Agricultura, pasta sob a qual subordina-se agora a questão agrária, resolveu:

a) Não efetivar as desapropriações feitas no governo anterior, revogando os decretos desapropriatórios;

b) não considerar como propriedades sujeitas à desapropriação as áreas de conflito e,

c) remeter, e incentivar os grandes proprietários a também remeterem, à Justiça todos os casos de conflito.

Acobertados pela omissão do governo Collor, pelos recuos em relação aos decretos de desapropriação, tanto do governo anterior quanto do atual, pela morosidade da Justiça quando as ações são propostas pelos trabalhadores e pela agilidade quando são impetradas pelos grandes proprietários, estes estão montando e buscando efetivar uma estratégia contra os posseiros. Tal estratégia, se não for revertida, trará consequências desastrosas, seja para as famílias diretamente envolvidas, seja para o futuro da luta pela reforma agrária e pela democracia no país. (CUT/MG, dez/90)

Policial é morto ao apurar crime contra líder rural

Foram presos três dos quatro assassinos do delegado Djalma José de Souza, de Palmares (PE), que estava investigando a morte do líder sindical José Hélio da Silva.

O diretor de Polícia Civil de Pernambuco, Antonio Carlos Cavendish, disse que o assassinato reflete o cli-

ma "tenso" da região e afirmou que a polícia ainda não tem certeza se há ligação entre os assassinatos do líder rural e do comissário de polícia. Foi aberto um inquérito policial para apurar o caso.

Enquanto isso, trabalhadores rurais protestaram em Palmares contra

a violência no campo e a morosidade das investigações que apuram o assassinato de José Hélio. No ato público, foi divulgada uma lista com o nome de 45 trabalhadores assassinados nos últimos sete anos. (*Folha de S. Paulo*, 22 e 28/12/90; *Jornal do Brasil*, 23/12/90)

Padre católico é presidente do Haiti

As eleições realizadas em dezembro no Haiti comprovaram a tese de que, especialmente na América Latina, os cristãos estão cada vez mais engajados na política partidária e na luta por cargos relevantes na vida de seus países. Com o voto de 70% dos eleitores haitianos, o padre Jean-Bertrand Aristide, de 37 anos, é o primeiro presidente democraticamente eleito num país que fez três tentativas em quatro anos para chegar à democracia desde a ditadura Duvalier, derrubada em 1986 após 29 anos.

Padre Aristide venceu vários obstáculos para chegar à presidência. O primeiro deles foi a própria Igreja Católica, que há dois anos já o havia expulsado da Ordem dos Salesianos por sua posição radical em defesa dos oprimidos. Ele foi acusado de usar o púlpito para incitar a luta de classes e foi proibido pelo papa de rezar missas.

Aristide enfrentou nas urnas seu 2º obstáculo, o economista Marc Bazin, ex-funcionário do Banco Mundial, candidato apoiado pelos Estados

Unidos e com cofres de campanha abarrotados. "Tide" também sofreu várias tentativas de assassinato em comícios, quando morreram várias pessoas.

Vitorioso, Aristide tem o apoio da grande maioria do povo haitiano, especialmente dos favelados e dos camponeses. É muito querido por ter-se levantado contra o regime de Duvalier em seus sermões e por desafiar os *Totons Macontes* — a terrível milícia duvalierista — quando outros políticos falavam de reconciliação nacional. Para seus seguidores, Aristide transformou-se em símbolo das mudanças que a maioria dos haitianos esperava — mas não viu — quando Duvalier saiu do país.

Muitos empresários haitianos, políticos tradicionais e diplomatas estrangeiros estão preocupados com o fato de que Aristide, que desprezou a ajuda externa, possa amedrontar possíveis investidores estrangeiros. Eles observam que só recentemente Aristide refeou seus pronunciamentos xenófobos — um nacionalismo extremo

compartilhado pelos duvalieristas e que faz parte da tradição política haitiana há mais de 200 anos. Durante dois anos, ele se recusou até a falar com funcionários americanos no Haiti e também continua desconfiado dos franceses, que foram a potência colonial.

Depois dos atos duvalieristas de violência no passado, Aristide acusou de cumplicidade os Estados Unidos. Também acusou Washington de apoiar os Duvalier, buscando reforçar a dependência do Haiti em face das importações de artigos dos EUA e fazendo o *dumping* de mercadorias baratas no mercado haitiano, a fim de afugentar dos negócios os produtores locais.

Na campanha, Aristide enfatizava, em termos às vezes messiânicos, que sua voz era a voz do povo, que sua causa é o sofrimento dos pobres, que sua candidatura é uma imposição das massas. Embora se declare disposto a deixar o sacerdócio pela política, sua mensagem continua recheada de teologia. (*Jornal do Brasil*, 16/12/90; *O Dia*, 18/12/90; *Veja*, 26/12/90)

Brasil tem seu 1º padre índio

O índio da tribo makuxi, Alvin Andrade da Silva, é o primeiro padre índio do Brasil. Ele foi ordenado na igreja Matriz de Boa Vista pelo bispo de Roraima, d. Aldo Mongiano. O papa João Paulo 2º enviou mensagem de "bênção apostólica". Segundo Mongiano, "a ordenação de um padre índio é muito importante, porque a Igreja de Roraima tem sido muito perseguida por defender os índios do Estado, que são vítimas de constantes invasões de suas terras".

Silva disse que sua ordenação representa a possibilidade dos índios serem ouvidos "através de um de seus membros". "A voz dos sem voz, que são os índios, agora pode ser ouvida". Ele é filho de um casal de agricultores: seu pai é nordestino e a mãe, uma índia makuxi. O padre nasceu em uma maloca na Serra do Trataiano (RR). Silva fala inglês e francês. (*Folha de S. Paulo*, 23/12/90)

Papa virá ao Brasil em outubro e participa do Congresso Eucarístico

Começa no dia 13 de outubro de 1991 a segunda viagem de João Paulo 2º ao Brasil. A comunicação oficial foi feita ao ministro do exterior Francisco Rezek, durante o encontro que teve no Vaticano com o novo secretário de Estado de Santa Sé, arcebispo Angelo Sodano. O papa deseja fazer coincidir seu desembarque

em território brasileiro com o encerramento do Congresso Eucarístico de Natal, capital do Rio Grande do Norte. O mesmo monsenhor Sodano antecipou que o pontífice pretende demorar-se seis ou sete dias, cumprindo um itinerário diferente do realizado em 1980. (*Jornal do Brasil*, 22/12/90)

China vai regulamentar a religião

Uma lei para regulamentar a questão das religiões na China foi proposta durante a primeira conferência nacional sobre o tema desde o ano de 1982.

As autoridades chinesas estão preocupadas com a atuação da "Igreja do Silêncio", formada por sacerdotes e fiéis católicos que reconhecem a autoridade do Vaticano

com quem o país está rompido desde 1975.

Existem ainda os cultos budista, no Tibete, e muçulmanos, na região de Xinjiang, no extremo oeste do país. Ambos são considerados a base de movimentos políticos nacionalistas em favor da maior autonomia destas regiões, o que preocupa as autoridades. (*O Globo*, 11/12/90)

Bancada Evangélica no Congresso será menor em 1991



ELEIÇÕES
& IGREJA

Um surpreendente resultado das últimas eleições realizadas a 3 de outubro revelou que o número de candidatos evangélicos eleitos para a Câmara Federal foi reduzido em cerca de 50%. Este fato contraria o fenômeno das eleições de 1986 que levaram para o Congresso Constituinte 33 deputados federais — a chamada Bancada Evangélica.

Dos 30 deputados que se recandidataram à Câmara, apenas 12 foram vitoriosos; 18 foram reprovados. Seis candidatos evangélicos ao primeiro mandato alcançaram votação suficiente, quando a expectativa de liderança de igrejas e dos atuais deputados era de dobrar a bancada.

Vários indícios podem explicar tal derrota dos evangélicos. Um deles parece ser a inegável atuação demasiado negativa da maioria dos deputados evangélicos na Constituinte. Episódios como a troca de votos favoráveis ao governo por verbas especiais ou concessões de rádio e TV deixaram marcas. As próprias igrejas evangélicas manifestaram-se de forma contrária a tais posturas, deixando de lado o princípio tradicional de que "irmão vota em irmão". A "dureza" da reação das igrejas foi tão forte que fez com que alguns "progressistas" ficassem também de fora no último pleito. Lysâneas Maciel no Rio de Janeiro, Celso Dourado na Bahia e Lezio Sather no Espírito Santo, são alguns exemplos.

Em 1991 Conic quer descentralização

O Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) planeja descentralizar suas atividades a partir de 1991 com a instalação de escritórios em várias regiões do país. A sede do Conic é Porto Alegre. Uma das prioridades do Conselho em 1991 será a Pastoral Urbana. (CEDI, 04/01/91)

Deputados Evangélicos que comporão a nova Câmara Federal

| Deputado | Partido | UF | Igreja | Observação |
|-----------------------|---------|----|----------------------------|------------|
| Alberto Felipe Haddad | PRN | SP | Universal do Reino de Deus | 1º mandato |
| Aldir Cabral | PTB | RJ | Universal do Reino de Deus | 1º mandato |
| Arolde de Oliveira | PFL | RJ | Batista | reeleito |
| Benedita da Silva | PT | RJ | Assembléia de Deus | reeleita |
| Benedito Domingos | PTR | DF | Assembléia de Deus | 1º mandato |
| Costa Ferreira | PFL | MA | Assembléia de Deus | reeleito |
| Eraldo Tinoco | PFL | BA | Batista | reeleito |
| Fausto Rocha | PRN | SP | Batista | reeleito |
| Francisco Silva | PDC | RJ | Cong. Cristã do Brasil | 1º mandato |
| João de Deus | PDS | RS | Assembléia de Deus | reeleito |
| Manuel Moreira | PMDB | SP | Assembléia de Deus | reeleito |
| Mario de Oliveira | PRN | MG | Evangelho Quadrangular | reeleito |
| Matheus Iensen | PTB | PR | Assembléia de Deus | reeleito |
| Naphtali Alves | PMDB | GO | Cristã Evangélica | reeleito |
| Odenir Laprovita | PMDB | RJ | Universal do Reino de Deus | 1º mandato |
| Salatiel Carvalho | PFL | PE | Assembléia de Deus | reeleito |
| Waldenor Guedes | PTB | AP | Assembléia de Deus | 1º mandato |

Deputado evangélico eleito para o Senado:

Levy Dias, PST/MS, Igreja Presbiteriana Independente

Outra possível explicação para a queda dos evangélicos é a força que adquiriu o voto regional e corporativo nas últimas eleições. Os candidatos buscaram em suas regiões candidatos confiáveis. Muitos evangélicos não possuem base regional, dependendo exclusivamente da força de seus partidos e/ou articulações nacionais.

Quem saiu vitoriosa foi a Igreja Universal do Reino de Deus que, investindo fortemente numa campanha junto ao eleitorado do estado do RJ, ampliou sua representação na Câmara. No atual mandato, apenas um deputado tinha ligação com a igreja; para o próximo, quatro novos deputados foram eleitos. (CEDI, 12/90)

Canberra reunirá 3.500 pessoas

"Vem, Espírito Santo, renova toda a criação" é o tema da Sétima Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) que acontecerá nos próximos dias 7 a 20 de fevereiro em Canberra, Austrália.

A Assembléia — um dos mais importantes eventos do ecumenismo internacional — reunirá aproximadamente 3.500 pessoas, entre leigos, jo-

vens e mulheres, representando cerca de 350 milhões de cristãos. Ela está sendo considerada uma das reuniões ecumênicas de maior representatividade a ser celebrada na era moderna.

As assembleias periódicas são o órgão diretivo supremo do CMI, que conta com 311 igrejas-membros de mais de cem países. (CEDI, 12/90)

Cacique Atikum assassinado em emboscada

Tocaiados quando voltavam em uma caminhonete D-10 da Funai para a reserva indígena da Serra da Umã, no município de Floresta (PE), os índios — e irmãos — Abdon (Cacique dos Atikum) e Abdias da Silva foram assassinados com tiros de espingarda calibre 12. A mãe deles, Beatriz, baleada de raspão, está internada no Hospital Municipal de Floresta, fora de perigo. Segundo ela, a emboscada ocorreu no dia 29 de dezembro e seus filhos foram mortos por três pessoas.

Beatriz identificou Raimundo e Marco Cirilo, filhos do fazendeiro Manoel Cirilo, como dois dos assassinos. Não conseguiu identificar o terceiro. O assassinato, segundo ela, ocorreu em decorrência de uma disputa por terras. Há três meses, contou, o cacique Abdon da Silva foi eleito e anunciou que expulsaria qualquer fazendeiro que invadisse terras dos índios. (*O Globo*, 31/12/90)

Omissão da Funai facilitou os assassinatos

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da CNBB, distribuiu nota à imprensa onde afirma que o presidente da Funai também foi responsável por "estas duas mortes anunciadas". Segundo a nota, desde fevereiro de 1989 o cacique Abdon vinha denunciando à Funai que estava ameaçado de morte pelo funcionário do próprio órgão indigenista, Manoel Cirilo, e seus filhos. Dois dos assassinos de Abdon são justamente Raimundo Cirilo e Marco Cirilo, filhos de Manoel.

Os Cirilo se indispuseram com Abdon porque este acusou Manoel de praticar várias irregularidades administrativas na Área Indígena Ati-

kum, inclusive de plantar maconha para traficar. Em setembro último Manoel foi detido pela Polícia Federal, que o indiciou num inquérito policial depois de destruir sua plantação de maconha.

Recentemente, o cacique Abdon Leonardo da Silva esteve em Brasília reiterando ao presidente da Funai as denúncias contra os abusos do funcionário Manoel Cirilo e de inúmeros invasores da Área Indígena Atikum. Aquela autoridade não abriu nenhum inquérito para apurar as acusações, não tomou providências para retirar os invasores e também não fez nada para demarcar as terras daquele povo, que estão apenas delimitadas.

Pesquisa mostra desinteresse pela demarcação

Embora o artigo 231 da Constituição determine a demarcação das terras indígenas até o prazo limite de 5 de outubro de 1993, nem o governo Sarney nem o governo Collor demonstraram vontade de cumprir a lei, afirma o mais amplo levantamento independente sobre os territórios indígenas, a pesquisa "Terras Indígenas no Brasil". De 1987 a 1990 o Estado ampliou os territórios formalmente reconhecidos como indígenas reduzindo sua extensão original.

O trabalho elaborado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e pelo Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil (Peti), do Museu Nacional (UFRJ), mostra que o número de terras indígenas no Brasil aumentou de 518 para 526 — um crescimento de 4,6 milhões de hectares (6,27%).

Das 63 áreas interditadas desde 1987, apenas sete foram delimitadas. Quase a metade, 28, localiza-se no Acre ou em municípios amazonenses na fronteira e fazia parte do cronograma de demarcação do Programa de

Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI), financiado, em parte, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. "A liberação de verbas do BID dependia do cumprimento destas metas. A interdição das terras indígenas cria uma falsa impressão de decisão, pelo menos por algum tempo", afirma o documento. Seria uma demarcação para banco ver.

O estudo atribui o atraso nas demarcações e a redução das áreas reconhecidas "ao ingresso dos interesses representados no antigo Conselho de Segurança Nacional no processo demarcatório". Observa que as 33 novas áreas homologadas localizam-se na região da Calha Norte e em faixa de fronteira. "A demarcação de áreas nesta região significa, antes de tudo, a liberação de terras para atender outros interesses: militares, políticos e de mineradores. O resultado prático é que as terras dessas regiões foram reavaliadas, desmembradas e significativamente reduzidas", afirma o documento. (*Folha de S. Paulo*, 26/12/90)

Saiu 2ª edição de Terras Indígenas no Brasil

Coordenado pelos antropólogos Carlos Alberto Ricardo (CEDI) e João Pacheco de Oliveira (*Museu Nacional*), o trabalho é uma segunda edição, revista e atualizada, da listagem "Terras Indígenas no Brasil" de 1987.

A pesquisa revela a situação atual de todas as 526 terras indígenas no Brasil, mapeadas na escala 1:5000.000, as fontes utilizadas e os interesses econômicos, privados e estatais, que as afetam.

Pedidos e informações podem ser feitos ao CEDI São Paulo (veja endereço e telefone à p. 2 desse *Aconteceu*)

Collor determina mudanças na política indigenista

As demarcações de terras indígenas obedecerão a partir de agora a uma nova sistemática. O presidente Fernando Collor, apoiado por todos os integrantes de órgãos ligados à política indigenista, determinou que sejam revogados os decretos 94.945 e 94.946, de 1987, que tratam das demarcações. Para traçar os novos critérios de demarcações foi constituída uma comissão interministerial (veja box com resumo do decreto). Collor também incumbiu o Secretário de Administração, João Santana, de apresentar, em 15 dias, um projeto de reestruturação total da Funai.

Com base neste projeto é que o presidente decidirá se vai manter a Funai como um órgão vinculado ao Ministério da Justiça, a outro ministério ou, ainda, se a fundação ficará diretamente ligada à Presidência da República, na forma de secretaria. E

Funai sem verba para demarcar

O presidente da Funai criticou a decisão do governo de reduzir o orçamento do órgão para 91. Segundo ele, o governo só deve liberar 2,5% dos Cr\$ 2,2 bilhões pedidos para demarcar terras. "No máximo, vamos poder demarcar só dez novas áreas em 91", disse. A previsão inicial era de atingir 94 áreas. (Folha de S. Paulo, 26/12/90)

Uru-Eu-Wau-Wau

Cerca de 200 garimpeiros invadiram a reserva Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia. O presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, comunicou a invasão à Polícia Federal, mas está sem recursos para promover ações para a retirada dos garimpeiros. A Procuradoria Geral da República dispõe de informações de que a invasão foi "tramada" por Moisés Bennesby, empresário que reclama a posse das terras onde vivem os índios. (Correio Braziliense, 26/12/90; Folha de S. Paulo, 02/01/91)

Criada Comissão para rever demarcação

O decreto nº 99.971 de 03/01/91, criou uma Comissão Especial para promover a revisão das normas e critérios relativos à demarcação e proteção das terras indígenas.

Coordenada pelo Ministério de Justiça a comissão será composta por representantes do Ministério das Relações Exteriores; da Secretaria-Geral da Presidência

da República; do Gabinete Militar; da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo ao ministro da Justiça, no prazo de trinta dias depois de sua instalação. (Diário Oficial da União, 04/01/91)

antes mesmo de receber o projeto de João Santana, o presidente Fernando Collor acolheu sugestão dos dirigentes da Funai para que seja invertido o atual quadro funcional, onde 86% dos funcionários trabalham em

gabinetes e apenas 24% estão em contato direto com os índios. A ordem agora é para que 70% atuem na atividade fim e 30% permaneçam no serviço burocrático. (Hoje em Dia, 27/12/90)

Prosseguem os suicídios dos Guarani

A Funai confirmou o suicídio por enforcamento de mais um Guarani na reserva indígena próxima de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Desta vez foi Rufina Rodrigues, 18 anos, encontrada pendurada pelo pescoço em um corda amarrada em uma árvore. Este é o terceiro caso em menos de uma semana e o 24º em 1990, além de 42 tentativas ocorridas nes-

se mesmo ano. Em 1989 foram registrados 38 suicídios e 70 tentativas.

Para o superintendente regional da Funai, Odenir Pinto de Oliveira, a superlotação da reserva, cujos limites estão ligados ao perímetro urbano de Dourados, a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, é um dos principais motivos dos suicídios. (Tribuna da Imprensa, 29/12/90)

Extração de minérios divide organizações indígenas de Roraima

Os grupos indígenas de Roraima estão divididos em relação aos métodos de extração de minérios após a expulsão dos garimpeiros das áreas indígenas pela Funai e a Polícia Federal.

O presidente em exercício da Associação dos Povos Indígenas (API) de Roraima, José Ferreira Gomes acusou no domingo o Conselho Indígena de Roraima de conseguir dinheiro de instituições filantrópicas européias e poluir os rios da região de Normandia com "a extração mecânica do ouro".

"Reconhecemos que o trabalho de extração do ouro feito por máquinas por alguns índios está poluindo os rios", declarou a secretária do Conselho Indígena de Roraima, Valéria Ambrósio. Segundo ela, a entidade vai procurar trabalhar em conjunto com a Associação dos Povos Indígenas em congresso que será realizado nos dias 7 a 9 de janeiro. "No congresso vamos tentar reaproximação com a associação, que nos acusa de sermos manobrados pela Igreja Católica", disse. (Folha de S. Paulo, 02/01/91)

Bancários se dividem em processo eleitoral

Pela primeira vez desde 1979, os bancários de São Paulo vão às urnas divididos para eleger a diretoria do sindicato, o maior da categoria no país e um dos carros-chefe da CUT.

Quando os 67 mil bancários sindicalizados escolherem, entre os dias 28 de janeiro e 1º de fevereiro, os 56 diretores que comandarão a entidade nos próximos três anos, poderão também estar influenciando os rumos do próprio sindicalismo brasileiro.

"Estas eleições decidirão o futuro da CUT e do próprio Partido dos Trabalhadores", acredita o atual presidente do sindicato e candidato a reeleição, Gilmar Carneiro dos Santos. Gilmar pertence à Articulação, corrente majoritária na CUT onde é secretário-geral. Os resultados das eleições terão peso decisivo na nova composição de forças da CUT a partir do 4º congresso da central em setembro.

No sindicato, a Articulação estava dividida há um ano e consolidou o "racha" durante o encaminhamento do processo eleitoral. Uma parcela da diretoria, da órbita de influência do ex-presidente da entidade e deputado federal Luiz Gushiken (PT-SP), ficou com Gilmar na chapa 1, integrada também por militantes da Corrente Sindical Classista, ligada ao PC do B.

Metalúrgicos decidem ocupar estaleiro Verolme

Os metalúrgicos do estaleiro Verolme, em Angra dos Reis (RJ), decidiram fixar um prazo até o dia 21 para que a empresa pague as dívidas trabalhistas e os salários atrasados desde maio. Ao término do prazo, eles prometeram ocupar o estaleiro.

Essa proposta, apresentada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra, Ricardo Arrieta, foi aprovada por 400 metalúrgicos em assembleia realizada dia 8. Arrieta disse que a situação dos empregados do Verolme "é de absoluta pobreza". (Folha de S. Paulo, 09/01/91)

Oposição reivindica unidade democrática

Para Rose Sugyama, Gilmar "traiu" um dos princípios mais caros aos bancários, o da "unidade democrática", pela qual todas as correntes têm representação proporcional no poder sindical, apesar das divergências. "A unidade era o melhor caminho para a categoria enfrentar a conjuntura recessiva", afirma.

Rose nega as acusações de "golpismo" e "oportunismo" pelas alianças que fez contra a Articulação 1. Reconhece que "é difícil" trabalhar com a Convergência So-

cialista, mas diz que a Articulação 2 é maioria na chapa que ela encabeça e não acredita, ao contrário de Gilmar, que esse tipo de composição acabe emperrando a ação do sindicato.

Funcionária do Banespa e primeira mulher a disputar a presidência nos 67 anos da história do sindicato, onde atualmente é a secretária de Imprensa, Rose diz que sua marca na entidade, se vencer as eleições, será o "parlamentarismo". (Folha de S. Paulo, 07/01/91)

A outra ala, influenciada pelo ex-diretor e deputado estadual Lucas Buzzatto (PT-SP) e liderada por Rose Sugyama, aliou-se à Convergência Socialista, CUT pela Base, Partido Comunista Brasileiro e outras correntes minoritárias, formando a chapa 2.

As divergências entre os dirigentes bancários chegaram ao ponto máximo depois que Gilmar não concordou com a formação de uma chapa única a partir de convenções por banco, convenções regionais e conven-

ção final conforme a tradição das três últimas eleições, passando a exigir composição de chapa a partir da discussão de programas.

Gilmar alegou que a Articulação-2 se aproveitaria do processo unitário para dar um "golpe" na Articulação-1, deixando-a em minoria a partir de uma aliança com os grupos radicais que lhe fazem oposição. Ele rechaçou especificamente a Convergência Socialista, principal crítica da Articulação. (Folha de S. Paulo, 07/01/91)

CUT e entidades sindicais do Cone Sul se preparam para a integração

A criação de um mercado comum entre Brasil e Argentina está mobilizando entidades sindicais trabalhistas, que até agora têm desempenhado um papel tímido no processo de integração da América Latina.

Com o apoio da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), que representa 44 milhões de trabalhadores em 21 países da Europa Ocidental, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Brasil, e a Confederação Geral do Trabalho (CGT), da Argentina, deverão, a partir do próximo ano, participar de forma prática nas negociações entre brasileiros e argentinos.

O processo de integração faz par-

te do novo reordenamento econômico mundial. Na América Latina, como em outros continentes, a formação de blocos de países é um processo que não tem volta. Portanto, nossa política não pode ser de resistência. Seria remar contra a maré", diz o secretário de Relações Internacionais da CUT, Osvaldo Bargas.

A CUT brasileira e a CGT argentina, aliadas ao Plenário Intersindical de Trabalhadores/Convenção Nacional do Trabalho (PIT/CNT), do Uruguai, vêm realizando nos últimos dois anos diversos encontros, conferências, palestras e seminários para tratar do assunto. (Gazeta Mercantil, 21/12/90)

Centrais tentam mobilização contra a recessão

A mobilização da sociedade em manifestações para pressionar o governo a flexibilizar a política econômica é a principal proposta do movimento sindical contra o aprofundamento da recessão.

Esta proposta une os principais segmentos do movimento sindical, mas as diferenças de concepção e a disputa por espaços entre as centrais deverão dificultar uma ação conjunta. Luiz Antonio Medeiros, articulador da futura central For-

ça Sindical, por exemplo, impõe limites.

“O plano de fundo dessa mobilização não pode ser uma tentativa de golpe contra o governo. Isto é não aceitar o resultado das urnas”, diz Medeiros. No seu entender, o objetivo das pressões deve ser “a retificação do plano econômico e não o confronto pelo confronto”.

Já a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ressalta os aspectos políticos. “Tem que ser uma campanha

semelhante à das diretas-já”, afirma seu secretário-geral, Gilmar Carneiro dos Santos.

A palavra de ordem, agora, seria “a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda”. Gilmar afirma que o plano de fundo da campanha deve ser a defesa da democracia. Ele entende que o aprofundamento da recessão trará risco de convulsão social e uma contrapartida autoritária do governo. (Folha de S. Paulo, 01/01/91)

Vicentinho quer frente contra o desemprego

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, esteve reunido com os prefeitos de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e dirigentes sindicais da região, para discutir a situação dos trabalhadores em 1991.

Segundo ele, as perspectivas de demissões farão que 1991 seja “um ano com a pior crise social”. A reunião teve intenção de alertar os prefeitos para a situação e envolvê-los num movimento de caráter nacional. (Folha de S. Paulo, 22/12/90)

Governo reedita MP sobre salários

O governo reeditou no último dia 4 no Diário Oficial com o nº 292 a Medida Provisória nº 273 sobre salários, que perdeu a validade no dia 29 de dezembro, mantendo a concessão, agora em janeiro, de um abono em cascata entre 5% e 12%, apenas para os trabalhadores de empresas privadas que ganham até Cr\$ 120 mil por mês. A medida introduz a livre negociação salarial entre patrões e empregados, permitindo reajuste na data-base de cada categoria e outro no período compreendido entre cada data-base, sem repasse para os preços. (Gazeta Mercantil, 07/01/91)

Indústria paulista demitiu 204 mil

As empresas industriais de São Paulo, responsáveis por cerca de metade da produção industrial do país, estão começando 1991 com menos 204,7 mil empregados em suas linhas de produção, em relação ao que possuíam um ano atrás.

Significa uma redução de 9,85% no quadro de pessoal, nos últimos 12 meses contados até a segunda quinzena de dezembro passado. Esse número não é o definitivo resultado de 1990, que será maior ainda. A estimativa é de que mais 20 mil operários tenham sido demitidos nos últimos 15 dias de dezembro.

O resultado apurado até a segunda quinzena de dezembro demonstra

que 1990 terminou com a segunda maior queda no nível de emprego nos últimos 10 anos, sendo apenas superado pela taxa negativa registrada em 1981 (-13,9%, o equivalente à demissão de 284,4 mil empregados).

O impacto, porém, é maior. No começo dos anos 80, a massa de operários nas linhas de produção da indústria paulista somava 2 milhões. No início do ano passado, o efetivo mal superava 1,8 milhão.

Ou seja, em 1981 o setor industrial cortou 284,4 mil postos de trabalho em um universo de empregados muito mais amplo do que possuía em 1990, quando demitiu 204,7 mil pessoas. (Gazeta Mercantil, 08/01/91)

Salário mínimo cai 30% em 90

O salário mínimo deve fechar o ano de 1990 com uma redução real de quase 30% em relação a janeiro. Os Cr\$ 8.836,82 pagos em dezembro equivalem a pouco mais de US\$ 50,00, um dos menores salários mínimos do mundo.

Entre janeiro e outubro de 1990, o salário mínimo teve uma redução de 27% em seu poder de compra, enquanto que os salários em geral tiveram uma queda real de 17,1% no mesmo período. Com a disparada da inflação em novembro e dezembro, as perdas acumuladas no ano serão maiores.

Os números do Ministério do Trabalho, comandado por Rogério Ma-

gri, dão uma idéia do tamanho da recessão provocada pelo governo para tentar controlar a inflação. O ajuste, que tem como um dos pontos centrais a redução do emprego e do salário real, visa reduzir o consumo, o que forçaria a queda dos preços.

A redução do nível de atividade econômica atinge fortemente os trabalhadores de menor renda. Com sua política de aperto, o governo Collor provocou uma queda real no salário mínimo logo no primeiro mês após a posse. Desde então, o poder aquisitivo do mínimo vem caindo mês a mês, apesar dos “aumentos” de 6,09% a cada bimestre previstos pela legislação. (Folha de S. Paulo, 01/01/91)

Alfabetizandos recebem diplomas durante congresso

Márcio Novais/SME



No 1º Congresso de Alfabetizandos de São Paulo, professores e alunos apontaram caminhos para o analfabetismo

“Neste Natal eu ganhei o maior presente da minha vida, porque agora eu sei ler o cartão de Natal”. A frase é de Wilson José Arruda, durante o 1º Congresso de Alfabetizandos da Cidade de São Paulo, em 16 de dezembro, na zona sul da Capital, onde receberam diplomas os alunos da primeira turma do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (Mova-SP). O encontro foi encerrado pela prefeita Luiza Erundina.

Foram discutidas as causas e os caminhos para a superação do analfabetismo, de uma forma inédita: pelos próprios alfabetizandos. “Pela primeira vez, ao discutir alfabetização, a voz do alfabetizando foi ouvida. Na minha longa experiência de educador, participei de inúmeros congressos promovidos pela Unesco e por outras organizações internacionais, mas nunca encontrei nenhum alfabetizando”, disse o secretário municipal da Educação, Paulo Freire.

O Mova-SP vem alfabetizando moradores de diversas regiões da cidade, num trabalho conjunto dos movimentos populares e da Secretaria da Educação. No lugar das salas de aula convencionais, garagens e galpões são ocupados por alunos e professores. Os alfabetizadores são escolhidos dentro da comunidade e capacitados pela secretaria. Hoje são 626 núcleos de alfabetização, 12185 matriculados e 2001 alfabetizadores. (*Diário Popular*, 17/12/90)

Brasil fecha 90 sem dados de analfabetismo

O Ano Internacional de Alfabetização, estabelecido pela Unesco, termina agora sem que o Brasil saiba a dimensão exata de seu problema na área. Sem os dados do Censo Decenal, que o IBGE deveria ter feito em 1990, os números que apontam a quantidade de analfabetos no país são projeções.

A Unesco calcula que há cerca de 19 milhões de brasileiros analfabetos com mais de 10 anos. Se for adotado critério mais rigoroso — o de ter estudado pelo menos quatro anos — o número sobe para 45 milhões, segundo Sérgio Haddad, 41, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

As avaliações de educadores sobre

o ano no Brasil são negativas. No plano internacional, os países da América Latina sofreram uma derrota na Conferência Mundial realizada em março na Tailândia. “Não foi aprovada a proposta de repassar recursos da dívida externa para a educação”, diz Maria Clara Di Pierro, 35, do Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (Geta).

Sérgio Haddad acredita que o grande número de eventos em torno da alfabetização este ano levou os educadores a refletirem mais sobre o problema. Mas, “se o objetivo era fazer a sociedade se conscientizar, o resultado foi frágil”, afirma. Para Haddad, a sociedade deve cobrar atitudes concretas do Estado na solução do anal-

fabetismo, como tem feito na área da ecologia, por exemplo. Ele diz, ainda, ser contraditório o governo fazer uma campanha de alfabetização em um quadro econômico recessivo: “A miséria e o desemprego resultam em analfabetismo”.

Para Maria Clara Di Pierro, o Programa Nacional de Alfabetização, lançado pelo ministro Carlos Chiarelli em setembro passado, “não tem diagnóstico do problema, nem projeto de distribuição do dinheiro”. Segundo Di Pierro, a Comissão Nacional formada pelo governo só teve um encontro durante o ano e a Conferência Nacional anunciada para dezembro pelo ministro não saiu do papel. (*Folha de S. Paulo*, 26/12/90)

Lei que regulamenta Educação ainda está no Congresso

O projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi aprovado na Comissão de Educação do Congresso em 28 de junho de 1990 e enviado à Comissão de Finanças, onde permaneceu durante todo o segundo semestre. Somente no dia 4 de dezembro a relatora Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) enviou seu parecer, jogando para uma reunião às vésperas do recesso parlamentar a votação do projeto. Em 12 de dezembro o projeto foi aprovado na Comissão de Finanças, mas o atraso na tramitação transfere para 1991 o embate pela sua aprovação. Todas as discussões e negociações já realizadas terão que ser refeitas, uma vez que 60% dos deputados são novos e não participaram do processo até agora desenvolvido. Além disso, prevê-

se uma enorme quantidade de emendas — a própria deputada Cavalcanti já apresentou 23 — que em parte alteram o espírito do projeto.

Durante 1989, o grupo de trabalho encarregado da elaboração do projeto realizou audiências públicas com mais de 40 entidades sindicais, científicas, estudantis e governamentais, além de seminários com especialistas de todo o país. Foi elaborado um projeto substitutivo, considerando, além dos oito ante-projetos de parlamentares, cerca de duas mil sugestões da comunidade educacional e perto de mil emendas apresentadas por deputados.

O projeto de LDB atual — que tem sido acompanhado e apoiado pelas entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Públi-

ca — fortalece a idéia de que a educação é um direito básico de todos os cidadãos e, por isso, somente a escola pública e gratuita tem condições de garanti-lo. Coerente com essa idéia, amplia o conceito de educação, incorporando as experiências da vida social e do mundo do trabalho. A educação de jovens e adultos trabalhadores é colocada como parte do sistema único de educação, prevendo-se a adequação das condições de trabalho às necessidades do educando.

As próximas movimentações acontecerão entre 25 de fevereiro e 01 de março, com a reunião do Fórum Nacional para a definição de propostas de emendas e de estratégias em relação à votação do projeto em plenário. (CEDI, 08/01/91)

Programa federal amplia investimentos

O governo Collor quer investir Cr\$ 5,5 trilhões (US\$ 29 bilhões) em educação nos próximos quatro anos.

Em 28 de dezembro, o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, entregou ao presidente o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área de Educação para 1991-1995. Em 1991, o governo promete aplicar US\$ 6 bilhões no setor, o que deve elevar os investimentos em educação dos atuais 3,54% para 4,1% do PIB

(Produto Interno Bruto). A meta até o final do governo é destinar 6% do PIB para a educação.

Segundo o pesquisador Sérgio Costa Ribeiro, do Laboratório Nacional de Computação Científica, esse investimento ainda é pouco, além de o Banco Mundial já ter apontado que somente cerca de 50% do dinheiro investido em educação no Brasil chega às escolas.

Para melhorar a qualidade do ensino, o governo também pretende au-

mentar no próximo ano o período letivo, dos atuais 180 dias para 200 dias de aula. E dentro de dois anos deverá modificar a carga horária para seis horas diárias. As mudanças só não serão colocadas em prática imediatamente porque quase seis milhões de crianças estão matriculadas no chamado "turno da fome", como é conhecido o horário ministrado entre os turnos regulamentares de estudo. (O Estado de S. Paulo, 29/12/90)

Um ano de luta junto com as crianças

Em vigor desde outubro de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi uma conquista de uma parcela significativa da sociedade civil, uma conquista das crianças e adolescentes do Brasil. Para que essa lei não fique apenas no papel, a Pastoral do Menor produziu um calendário com textos sobre o Estatuto. Um calendário feito com muito carinho.

O calendário custa Cr\$ 500,00 e pode ser adquirido no Secretariado da Pastoral do Menor, Praça da Sé, 184 - São Paulo - SP - Fone: (011) 35-1393

o todo crianças

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.

Este é o calendário das crianças e adolescentes do Brasil. Um calendário que traz para as crianças e adolescentes o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que garante seus direitos. Um calendário feito com muito carinho.



Ipatinga vai à Justiça contra descaso no ensino

O prefeito de Ipatinga (MG) acaba de ingressar na Justiça com uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão de atos administrativos do governador do Estado e do secretário da Educação. O governador deve tomar as providências para que os direitos constitucionais de alunos e professores, a manutenção e conservação da rede oficial de ensino, com dotação de infra-estrutura e equipamentos adequados, sejam respeitados e a oferta regular de ensino seja efetivada. (O Estado de Minas, 20/12/90)

Fracassam tentativas de paz no Golfo

Com o fracasso dos últimos esforços diplomáticos a guerra parece inevitável no golfo Pérsico. A apenas dois dias do fim do ultimato da ONU para o Iraque desocupar o Kuwait, o presidente Hussein disse que não haverá rendição. Ele fez essa afirmação após encontro com Javier Pérez de Cuéllar, secretário-geral da ONU. Ao deixar o Iraque, Cuéllar mostrou-se pouco otimista com os resultados da sua investida diplomática. "Só

Deus se haverá guerra", disse.

O papa João Paulo 2º propôs uma imediata conferência de paz no Oriente Médio.

O secretário de Estado dos EUA, James Baker, e o premiê britânico, John Major, disseram que é melhor atacar logo após o fim do ultimato e que a frente anti-Iraque está unida e pronta para a guerra. "Estamos a um passo da guerra", disse o chanceler francês, Roland Dumas.

Os sinais são todos de guerra. As tropas norte-americanas avançaram no deserto da Arábia Saudita e colocaram-se em posição de tiro. A ilha de Chipre, no Mediterrâneo, está se enchendo de diplomatas que saem do Iraque e dos demais países da região. Dez companhias aéreas já cancelaram seus vôos para os países mais próximos do que pode ser o teatro de operações. (Folha de S. Paulo, 14/01/91)

Menem perdoa militares e ex-líder montonero

Os ex-comandantes da última ditadura militar argentina e o ex-guerrilheiro Mario Eduardo Firmenich finalmente ganharam o direito à liberdade. O presidente Carlos Menem cumpriu sua palavra de perdoar os responsáveis máximos pela luta ilegal contra a subversão durante a última ditadura militar (1976-1983), ao assinar os decretos de perdão presidencial — medida prevista pela Constituição argentina.

Menem perdoou as principais penas. Isso significa que, com os indultos, os chefes da última ditadura militar ganham o direito a liberdade, mas não recuperam o grau militar nem a possibilidade de atuar politicamente. Ele declarou-se tranqüilo com a medida de libertar condenados pela Justiça. "Essas atitudes que se tomam com dignidade e um pouco de coragem me fazem caminhar com a cabeça erguida. Eu tenho autoridade para indultar. Fui vítima dessa guerra", afirmou.

Decisão diminui apoio ao governo

A imagem positiva do governo Menem foi arranhada pela decisão de indultar os ex-comandantes militares. Pesquisa da empresa de consultoria Tática, na grande Buenos Aires, demonstra que 64,3% dos entrevistados crêem que a anistia não pacificará o país. 54,7% acham que com os decretos "se perde a noção de justiça" e 10,3% acreditam que o indulto favorece novos levantes,

como o dos "carapintadas". Só 20% defenderam a medida de Menem.

Enquanto cumpriam pena, os ex-comandantes da última ditadura militar viveram em chalés construídos para os funcionários da penitenciária militar de Magdalena. Puderam desfrutar, nesses cinco anos, de televisor, aparelhagem de som e vídeo cassete. (Folha de S. Paulo, 30/12/90)

No ano passado receberam o perdão presidencial 39 oficiais envolvidos em caso de prisão, tortura, assassinatos e desaparecimento de nove mil pessoas durante a ditadura militar de 76 a 83, 64 civis condenados por atentados terroristas, os três co-

mandantes militares que levaram a Argentina à Guerra das Malvinas em 82 e 174 militares "carapintadas" que fizeram três rebeliões contra o governo de Raúl Alfonsín, e que pediam o fim do julgamento de militares. (Folha de S. Paulo, 30 e 31/12/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL